

O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS
Director: Álvaro Martins | 0,75 € | Ano XXI | Janeiro/Fevereiro 2012 | Nº 79

A CONDIÇÃO MILITAR NÃO É NEGOCIÁVEL!



O COMBATE TEM DE PERSISTIR!

AMNISTIA

Processo evolui!

Pág. 5



Comemorações do Dia Nacional do Sargento

Pág. 16

O NEGÓCIO

Pág. 3

2012

SEM VOTOS

DE

PROSPERIDADE

*“As consequências estão aí,
mais empobrecimento da generalidade
dos portugueses,
mais falências de empresas,
mais desemprego, mais fugas de capitais
dos beneficiários da crise,
mais dependência externa,
menos soberania. Sempre em nome da
mesma ladainha - a inevitabilidade e o
interesse de Portugal. Mas que raio
de interesse é este
que leva os portugueses
ao empobrecimento e à miséria?”*

2011 findou. Foi um ano terrível, em que assistimos à degradação constante das nossas condições de vida por força das políticas levadas a cabo pelo governo: redução dos vencimentos; aumento dos impostos; aumento generalizado dos bens essenciais - alimentação, transportes, energia, comunicações, combustíveis - aumento de tudo o que são taxas. Tudo isto, o que já não era pouco, acompanhado por um ataque aos direitos consignados na Lei de Bases Gerais da Condição Militar - desenvolvimento das carreiras, saúde, acção social complementar, infernizaram a vida dos portugueses em geral e dos militares em particular, principalmente aos de mais fracos recursos económicos.

De PEC em PEC, sempre em nome da inevitabilidade e da necessidade de cada vez mais sacrifícios para salvar Portugal, a situação dos portugueses e do país foi-se sempre agravando enquanto uns poucos, os mesmos do costume, usufruíam de benesses e mais benesses continuando a aumentar a sua riqueza para de seguida a porem a salvo em tudo o que são “paraísos fiscais”.

Com a queda do governo PS muitos portugueses suspiraram de alívio, acreditando que com o novo governo, tendo em consideração as críticas anteriormente feitas e as promessas eleitorais, que uma política diferente iria ser implementada e dessa forma o sufoco imposto iria ser aliviado. PURO ENGANO!

Ganhas as eleições e formado novo governo, tudo continuou! Às medidas de austeridade anteriores somaram-se mais austeridade, ainda com mais força, o sufoco em vez de diminuir aumentou, sempre e alegadamente em nome do interesse do país, do Euro, ou da Europa, ou seja lá do que for, agora sustentado nas imposições da “Troika”, entidade mítica que veio em nosso suposto “socorro”, entidade que tudo impõe e ainda nos leva 34 mil milhões de euros de juros sobre um empréstimo de 78 mil milhões.

As consequências estão aí, mais empobrecimento da generalidade dos portugueses, mais falências de empresas, mais desemprego, mais fugas de capitais dos beneficiários da crise, mais dependência externa, menos soberania. Sempre em nome da mesma ladainha - a inevitabilidade e o interesse de Portugal. Mas que raio de interesse é este que leva os portugueses ao empobrecimento e à miséria? Como por várias vezes temos questionado, porque será que o que é bom para Portugal é forçosa e inevitavelmente mau para os portugueses?

Assim chegámos a 2012 com a aprovação da Lei do Orçamento de Estado que tudo vem agravar: a retirada dos subsídios de férias e de Natal; o agravamento dos impostos; os aumentos dos bens essenciais; o aumento das despesas de saúde e educação. Tudo isto somado corresponde, para nós militares, ao roubo - sim, por muito pouco urbano que seja o termo, é de um roubo que se trata - de três vencimentos mensais durante o ano.

Na sua voracidade insaciável, o governo começa 2012 anunciando regredir na Tabela Remuneratória cerca de 4000 militares, agravando ainda mais as suas vidas e as das suas famílias, numa demonstração de insensibilidade social de desrespeito pelos que servem Portugal nas Forças Armadas. É uma decisão injusta e violenta que lesa unicamente quem não contribuiu para as supostas irregularidades e mesmo estas - a existirem - no reconhecimento do próprio governo, têm como origem omissões regulamentares de quem tinha responsabilidades na matéria: o anterior governo.

Mais uma vez pagam os mais fracos, os inocentes. Os mais fortes, os hipotéticos prevaricadores ficam de fora, nada se lhes cobra, nem sequer a responsabilidade ética. É uma VERGONHA INACEITÁVEL!

Por todas estas razões 2012 não será um bom ano, por isso em vez dos tradicionais desejos de prosperidades, deixamos a todos vós desejos de muita determinação, confiança e coragem, na luta que temos de continuar, na resistência a estas políticas, na convicção que Portugal vale a pena e tem futuro. O futuro que é nosso e do qual não abdicamos! ▲



O Negócio!

Desde o primeiro momento, ainda na fase de discussão, a ANS denunciou que o novo sistema remuneratório era ingerível, fazendo tudo o que estava ao seu alcance para que não fosse implementado, sugerindo mesmo após a sua promulgação que fosse suspenso na sua eficácia, por forma a ser possível introduzir as necessárias correcções.

Não nos quiseram ouvir! Foram por diante cega e teimosamente e os problemas surgiram de imediato.

O anterior governo, responsável pela legislação que regulamenta o sistema remuneratório - DL 296/ 2009, de 14 de Outubro - e pela sua aplicação, só no início de 2011 tomou consciência do erro cometido, ao verificar que as despesas com pessoal tinham aumentado no ano anterior, apesar das medidas de austeridade que tinha implementado, vai daí resolve mandar inspeccionar, através da IGF, os três Ramos das Forças Armadas.

O resultado destas inspecções foi conhecido, tendo o relatório final concluído existirem irregularidades, sem as demonstrar e sem ter em conta o contraditório feito pelos Ramos.

Em véspera de saída o ex-ministro Santos Silva confronta os chefes militares com o relatório final da IGF, lavando as mãos como Pilatos, deixando a “batata quente” ao novo governo e às chefias militares, empurrando o ónus do problema para cima destes últimos.

Durante meses a ANS fez sentir ao novo governo e aos chefes militares ser inaceitável a penaliza-

ção dos militares por algo que não lhes seria imputável, que qualquer situação de regressão na tabela salarial seria o reconhecer de terem sido cometidas irregularidades/ ilegalidades pelos Ramos.

Simultaneamente, e por força das medidas de austeridade implementadas pelo governo, muitos

“Questões de princípio não se negoceiam!”

“Militares nunca aceitaram, nem aceitam, regressões na tabela remuneratória.”

militares transitaram para a Situação de Reserva, principalmente nos postos cimeiros das diferentes categorias o que, aliado ao congelamento das carreiras, gerou um problema com impactos negativos na cadeia de comando.

Os chefes militares colocaram, e bem, o problema ao governo procurando sensibilizar o ministro

da Defesa Nacional para a gravidade da situação, obtendo como resposta *“podem haver promoções desde que não acarrete aumento de despesa”*. Resposta do conhecimento geral por ter sido várias vezes referida em entrevistas aos órgãos de comunicação social.

Se uma promoção implica mais responsabilidade, mais autoridade e mais vencimento, como seria possível promover uns quantos oficiais gerais sem aumentar a despesa?

Foi neste cenário que surgiu o despacho conjunto dos ministros das Finanças e da Defesa Nacional, hoje comumente conhecido por *“Despacho Maldito”*: faça-se regredir na tabela remuneratória alguns milhares de militares que dessa forma se arranja o dinheiro para as promoções a oficial general dos oficiais superiores necessários, temperando aqui e ali com a promoção de outros militares (poucos) para melhor compor o ramalhete!

Este foi o cerne do negócio! Negócio mais maldito que o próprio despacho, feito entre os ministros das Finanças, da Defesa Nacional e os chefes militares. Bem podem *“tentar dourar a pílula”*, informando os seus comandados com a teoria do mal menor, de que se terá conseguido evitar despromoções e a devolução de dinheiro.

O facto é que desde Agosto que estas situações estavam fora da agenda e portanto também não se colocavam agora, era assunto resolvido.

Os militares nunca aceitaram, nem aceitam, as regressões na tabela remuneratória, da mesma forma que não aceitam a ilusão do negócio possível. Questões de princípio não se negoceiam! ▲

O bom desempenho da missão

Os ontem “*embaixadores e motivo de orgulho nacional*” não podem ser hoje os “*malandros*”...

É sempre com satisfação que os militares vêm retratados nas notícias veiculadas na imprensa militar - revistas, páginas da internet, etc. - os resultados da sua permanente disponibilidade para a prestação do serviço público a que se entregaram e com o qual estão comprometidos por via do preceito constitucional.

Folheando as revistas específicas dos Ramos das Forças Armadas, ou navegando nas páginas da internet dos mesmos Ramos, é gratificante ficar a conhecer ainda mais sobre os resultados positivos decorrentes da missão de tantos e tantos militares. O salvamento de uma vida não tem preço...

Independentemente do local, da hora ou do dia - e neste particular não há seguramente dias feriados - os cidadãos portugueses sabem que haverá sempre alguém disponível para os ajudar, apoiar, evacuar, resgatar seja por terra, mar ou ar. E esta missão de grande relevância no plano humanitário não se restringe aos cidadãos portugueses mas aos cidadãos de qualquer nacionalidade que cruzam o grande espaço marítimo português, em viagens no âmbito do seu trabalho ou de puro lazer.

Mas, se já é gratificante verificar estes reconhecimentos nas páginas



da chamada “*imprensa militar*”, maior relevância assumem quando noticiados na imprensa nacional, escrita, falada ou televisionada. São frequentes os relatos de evacuações sanitárias ou transportes de órgãos por meios aéreos, resgate de naufragos ou apoio a embarcações por meios navais, a participação em combates a incêndios ou muitos outros tipos de apoios por meios terrestres às populações, onde quer que se encontrem na descontinuidade territorial que caracteriza o nosso país.

Como estamos recordados, entre outros exemplos, tiveram grande eco na comunicação social o salvamento dos seis pescadores de Caxinas, o

apoio às populações da Madeira na sequência da tragédia natural que atingiu aquela região ou ainda, no âmbito internacional, as missões bem sucedidas nos mares da Somália, o excelente desempenho das nossas forças em teatros tão variados como o Afeganistão, o Líbano, o Kosovo, a Lituânia, para só citar alguns.

De tal forma cumprem bem as suas missões militares, estes homens e mulheres, “*soldados portugueses*”, que ainda recentemente, numa visita realizada pelo Ministro da Defesa Nacional a diversos contingentes de Forças Nacionais Destacadas (sob grande cobertura mediática) foram apelidados de “*verdadeiros embaixadores e motivo de orgulho nacional*”.

São-no, de facto!

Mas, apagados os holofotes da comunicação social, estes homens e mulheres, que com tal denodo e dedicação desempenham - e bem - as suas missões, não podem ser tratados como se tendo cometido algum crime ou ilegalidade. Os ontem “*embaixadores e motivo de orgulho nacional*” não podem ser hoje os “*malandros*” a quem se vai retirar parte dos seus parcos proventos por atribuição de uma culpa que não é sua.

Impute-se a responsabilidade a quem a tem e puna-se material, política ou judicialmente quem na realidade praticou “*omissões regulamentares*” tendo responsabilidade na matéria! ▲

AMNISTIA

Processo evolui!

A Comissão de Defesa Nacional aprovou, por unanimidade, o relatório final referente à petição da lei de Amnistia, apresentada pela ANS, na reunião realizada a 23 de Novembro.

A Petição visa propor uma lei de amnistia para as infracções disciplinares cometidas por militares no âmbito do associativismo representativo das Forças Armadas.

A petição é acompanhada de um anteprojecto de lei que propõe a amnistia de infracções militares decorrentes de associativismo representativo militar, incluindo, quer as que foram já objecto de decisão transitada em julgado, quer as que se encontrem sob inquérito, processo disciplinar, processo com nota de culpa pendente ou a aguardar julgamento.

O relatório refere a dado passo:

“Os subscritores consideraram a aprovação de uma amnistia como um acto de justiça e de reconhecimento

aos militares, sublinhando a sua incidência exclusiva nas infracções disciplinares ligadas ao associativismo.

Os peticionários salientaram que a iniciativa em apreço nunca devia ser entendida como afronta ou tentativa de fragilização das chefias militares. Como dirigentes da ANS, fizeram profissão de fé na defesa do respeito pela hierarquia militar, independentemente da concordância com as suas decisões.”

O relatório termina com o parecer seguinte:

a) Deve o presente Relatório ser enviado a Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República, para posterior agendamento e apreciação em Plenário, nos termos do n.º 8 do artigo 17.º, da alínea a) do n.º 1 do artigo 19.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º da LEDP.

b) Deve ser dado conhecimento do presente Relatório aos peticionários, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º da LEDP.

c) Deve o presente Relatório ser remetido aos Grupos Parlamentares para, querendo, pondera-

rem a apresentação de iniciativa legislativa competente.

Na sequência deste parecer, a ANS solicitou de imediato audiências a todos os Grupos Parlamentares, com o objectivo de esclarecer quaisquer dúvidas que possam existir, procurando que algum ou alguns deles tomem iniciativa legislativa competente.

Até ao momento os Grupos Parlamentares do CDS/PP; PCP e PEV já concederam as respectivas audiências.

“O processo está a fazer o seu caminho, nós temos que fazer o nosso por forma a que a amnistia seja uma realidade. É este o nosso desejo em nome da reparação da justiça que as dezenas de militares abranjidos têm direito”, afirmou Lima Coelho, à saída da audiência concedida pelo Grupo Parlamentar Centrista. ▲



Concentração contra a regressão

Uma centena de militares concentraram-se em frente ao edifício do MDN correspondendo ao apelo da ANS e da AP no dia 28 de Dezembro, visando sensibilizar o Ministro da Defesa para travar o processo de regressão dos milhares de militares na Tabela Remuneratória. Cerca das 18H30 os presidentes das associações, Lima Coelho e Luis Reis, entregaram no Ministério uma carta dirigida ao MDN, com o seguinte teor:

Ao longo das últimas semanas tomámos conhecimento da intenção de produzir legislação no sentido de se virem a efectuar regressões relativamente ao posicionamento na Tabela Remuneratória Única, afectando milhares de militares, no âmbito do Despacho n.º 12713/2011, de 9 de Setembro, dos Ministérios das Finanças e da Defesa Nacional.

Tal Despacho reconhece, contudo, que na origem desta situação, no início de 2010, e no seu prolongamento no tempo, estão omissões regulamentares, de quem tinha competência na matéria.

Sendo estas omissões da responsabilidade do legislador, não é justo nem correcto que sejam penalizados aqueles que em nada contribuíram para o aparecimento das anomalias detectadas.

Ao reafirmarmos que não aceitamos qualquer medida que implique regressão relativamente ao posicionamento na Tabela Remuneratória Única, fazêmo-lo com a força da razão moral que nos assiste porque, mesmo antes da aprovação do Decreto-lei n.º 296/2009, de 14 de Outubro, lhe apontámos graves erros de formulação que o tornavam na prática ingerível. Tudo fizemos para que em tempo útil fosse feita a sua correcção, incluindo o apelo em documento escrito no sentido da suspensão de eficácia da sua aplicação. Infelizmente não foram atendidos, nem entendidos, os nossos apelos e alertas.

Da mesma forma apelamos hoje ao sentido de justiça de V.Exa para que não implemente qualquer medida que resulte em regressão dos militares relativamente ao posicionamento na Tabela Remuneratória Única porque, a acontecer, resultarão distorções indesejáveis numa instituição



hierarquizada como as Forças Armadas, serão agravados os problemas que anteriormente alertámos e será transformado o sistema remuneratório dos militares num mecanismo gerador de graves distorções e injustiças com graves consequências para a coesão e a disciplina nas Forças Ar-

madadas.

No espírito da Lei Orgânica n.º 3/2001, de 29 de Agosto, reiteramos a nossa permanente disponibilidade para contribuir na procura de soluções que tragam equidade e justiça ao sistema remuneratório dos militares. ▲

Vigília em Belém reclamou veto do O.E.

Um apelo para que não promulgasse o Orçamento do Estado, sendo coerente com declarações suas, foi deixado ao Presidente da República, no dia 30 de Novembro de 2011, durante a Vigília que juntou em Belém centenas de militares.

As associações profissionais de militares - ANS, AOFA e AP - entregaram uma carta ao Chefe da Casa Militar da Presidência da República, onde apelavam para a não promulgação da Lei do Orçamento do Estado, aprovada nesse mesmo dia na Assembleia da República.

O apelo teve em consideração as consequências para as Forças Armadas de várias medidas aprovadas que levam à sua descaracterização, pondo mesmo gravemente em causa a sua capacidade operacional e à degradação das condições para o cabal cumprimento das missões constitucionalmente atribuídas, bem como



às fortes dúvidas da constitucionalidade das normas que afectam o rendimento dos militares.

Na Vigília, realizada no jardim em frente ao Palácio de Belém, participaram mais de cinco centenas de militares, após uma delegação constituída por elementos dos órgãos sociais das APM's ter assistido, durante a manhã, nas galerias da Assembleia da República, à discussão e votação final do Orçamento do Estado.

“Quando os militares chegam ao limite de terem de se manifestar nas ruas, é uma demonstração, um sinal, que os governantes devem analisar fria e profundamente”, afirmou Lima Coelho, presidente da ANS.

Manuel Cracel e Luís Reis, respectivamente presidentes da AOFA e da AP, nas suas intervenções reprovaram os cortes orçamentais impostos aos militares, designadamente a destruição de direitos e de apoios sociais e os cortes e congelamentos dos rendimentos e carreiras. ▲



Manifestação da Família Militar

UMA JORNADA HISTÓRICA

A maior manifestação de militares alguma vez realizada, teve lugar no dia 12 de Novembro, em Lisboa, contra a austeridade, pela dignificação da condição militar.

Mais de dez mil militares e familiares concentraram-se no Rossio e desfilaram, enchendo a Rua do Ouro, até à praça da estação Sul e Sueste, frente ao Ministério das Finanças.

Jovens e idosos, oficiais, sargentos e praças, militares no activo, reserva e reforma, demonstraram a sua indignação de forma ordeira e pacífica, dentro do mais estrito cumprimento da lei, demonstrando de forma cabal e explícita, a todos aqueles que nos querem empurrar para aventuras perigosas e irresponsáveis, que os militares Portugueses sabem cumprir o juramento feito perante a Bandeira Nacional e a responsabilidade assumida para com o Povo Português.

Desfilando em profundo silêncio - como pode ser ruidoso o silêncio - muitos envergando uma peça de roupa preta, em sinal de protesto contra as medidas de austeridade impostas pelo governo, os militares presentes aprovaram uma moção, posteriormente entregue ao Primeiro-ministro e ao Presidente da República. *“O dia 12 de Novembro de 2011 tornou-se num marco na história do associativismo. Contudo, não podemos nem devemos parar. Temos que continuar disponíveis para mais solicitações e combates. Independentemente da dimensão do combate, o importante é a unidade e a consciência com que se realize”*, afirmou Lima Coelho, presidente da ANS. ▲

Jornada de reflexão continuou combate

A nível nacional os Sargentos de Portugal faltaram ao almoço no dia 24 de Novembro, dando uma resposta inequívoca a todos, políticos, comentadores e afins, que tentaram desvalorizar o êxito da grandiosa manifestação da família militar.

Em comunicado enviado à comunicação social, no próprio dia, a ANS afirmou:

“Correspondendo ao apelo feito pela ANS, os Sargentos de Portugal, na sua esmagadora maioria (cerca de 85%), não compareceram nas messes, utilizando o período do almoço para reflectirem sobre os seus problemas. Realçamos a expressão da adesão de cerca de 90% nas unidades operacionais por excelência: Bases Aéreas, Regimentos,

Unidades Navais e Unidades de Forças Especiais.

Desta forma, sem que a missão fosse posta em causa, os sargentos portugueses de todas as unidades a nível nacional demonstraram, com extrema elevação, disciplina e sentido de servir o País, a sua profunda indignação com as medidas que o Governo pretende implementar, por serem injustas e desproporcionadas, por transformarem as suas vidas e das suas famílias num autêntico inferno, mas simultaneamente por descaracterizarem as Forças Armadas, pondo em em risco a capacidade operacional e os níveis de cumprimento das missões constitucionalmente atribuídas, potenciando o perigo de perda de soberania e inde-

pendência nacional.

A ANS considerou da maior importância o facto de militares de outras categorias terem também aderido a esta iniciativa e felicita todos os que, de forma inequívoca, transformaram o seu apelo numa impressionante jornada de protesto.

O êxito alcançado reforça a nossa unidade e empenhamento na luta que os militares portugueses travam contra estas medidas que põem em causa a Condição Militar.

É com sentimento de irreprensível disciplina e comportamento ético que exortamos todos os militares portugueses a continuarem o combate pela sua Dignificação”. ▲

LUTANDO PARA GA



Em cima, concentração junto do MDN
Ao lado, encontro regional no Funchal



Em cima, encontros regionais em Ponta Delgada e em Vila Nova de Barquinha.
Ao lado, de cima para baixo, manifestação da família militar, vigília em Belém e entrega de documento ao Presidente da República.

RANTIR O FUTURO!



De cima para baixo, reunião de delegados em Viseu, encontro regional em Braga e encontro nacional (pormenor do exterior do auditório no ISCTE)

De cima para baixo, encontro regional em Beja, vigília em Ponta Delgada e vigília em Belém, frente à Presidência da República.

ENCONTRO NACIONAL DE MILITARES

Grande auditório foi... pequeno

O Grande Auditório do ISCTE, em Lisboa, foi pequeno para albergar os militares que participaram no Encontro Nacional realizado no dia 22 de Outubro de 2011, promovido pelas associações profissionais de militares.

O Encontro, moderado pelo Tenente-General Silvestre dos Santos, decorreu num clima de enorme elevação, determinação e unidade, bem demonstrado pela firmeza e permanente presença das muitas centenas de militares no exterior do edifício por não terem conseguido lugar no espaço do auditório, nem mesmo sentados nas escadas ou sequer em pé. Foram tantos os que ficaram de fora como os que conseguiram lugar, o que motivou os presidentes das APM's, no intervalo entre as suas intervenções e o debate que se seguiu, a virem ao exterior do edifício dirigir uma mensagem e agradecer a sua presença firme e determinada.

“Sob o pretexto de exigências de entidades estrangeiras, com a cobertura e aval de sucessivos governos, sob a capa



“Temos a firme convicção de que teremos de usar toda a nossa capacidade mobilizadora e discernimento para dar continuidade a uma luta tão difícil e tantas vezes tão desigual, mas absolutamente necessária.”

da resposta a uma pretensa ajuda, são feitos os mais variados desmandos e desrespeitos a muita da legislação que está em vigor e que é fundamental para a existência não só do País enquanto Estado soberano e independente, como das próprias Forças Armadas Portuguesas, destacando-se entre muitas outras esta Lei de Bases Gerais e o inalienável direito à progressão na Carreira”, afirmou o presidente da ANS na sua intervenção.

Referindo-se directamente à inspeção feita pela IGF aos Ramos das Forças Armadas, Lima Coelho adiantou: “Não deixa de ser curioso que técnicos tão competentes, não tenham conseguido descortinar anomalias tão básicas como o facto de entre militares do mesmo posto, haver militares mais novos a auferirem maior vencimento que os mais antigos ou ainda, o facto de não estarem (desde 1 de Janeiro de 2010) a ser acerta-

das e pagas as diferenças relativamente ao Complemento de Pensão de Reforma aos militares que a ele têm direito, só para citar dois meros exemplos. Curioso, de facto! Será isto inocente? Ou há anomalias que por terem custos apenas para ‘os mesmos’, não merecem ser reparadas?”

Em tom de alerta, adiantou ainda o presidente da ANS: “Temos a firme convicção de que teremos de usar toda a nossa capacidade mobilizadora e discernimento para dar continuidade a uma luta tão difícil e tantas vezes tão desigual, mas absolutamente necessária. Contudo teremos de o fazer com grande firmeza, união e confiança pois a tentativa de nos empurrarem para a asneira é grande. Os provocadores, os ‘revolucionários inconsequentes’ estarão ao virar da esquina e até gostariam que déssemos razão àqueles que nos querem cortar a voz.” ▲

Na sequência das iniciativas promovidas pelas associações profissionais de militares que deram enorme visibilidade e manifestação pública às preocupações que atingem os portugueses em geral e os militares em particular, decidiram os dirigentes das associações promover iniciativas que permitissem que militares por todo o país dessem continuidade a essa demonstração de insatisfação e preocupação. Deste modo, centenas de militares dos três ramos das Forças Armadas, oficiais, sargentos e praças, nas situações de activo, reserva e reforma, dos quadros permanentes ou em regime de contrato, jovens e menos jovens, a que se solidarizaram alguns familiares, por todo o país participaram nos Encontros Regionais de Militares que decorreram no Funchal e em Ponta Delgada (a 26 de Novembro) e na Vila Nova da Barquinha, Leiria, Beja e Braga (respectivamente a 12, 13, 14 e 15 de Dezembro).

A indignação claramente demonstrada nas iniciativas comuns de 22 de Outubro (Encontro Nacional de Militares - ISCTE), 12 de Novembro (Manifestação de Militares), 30 de Novembro (Vigília junta da Presidência da República) e na iniciativa promovida pela ANS e pela AP em 24 de Novembro (Jornada Nacional de Reflexão à Hora do Almoço), reafirmou-se nos diversos Encontros Regionais. Por todo o país, e numa



Beja

ENCONTROS REGIONAIS DE MILITARES

iniciativa inédita em que, pela primeira vez, estiveram sempre presentes os presidentes das três associações profissionais representativas das diversas categorias de militares - tendo sempre presente a especificidade de cada categoria mas valorizando também a necessidade de defender o que é comum - os militares tiveram a oportunidade de reafirmar a indignação contra as medidas cegamente aplicadas pelo governo e reforçaram a rejeição de qualquer medida penalizadora que possa resultar do Despacho Conjunto dos ministros da Defesa e das Finanças.

Este sentir de indignação e revolta aprofundou-se e reforçou-se quando, na sequência de uma reunião entre os ministros da Defesa e das Finanças com os chefes militares, alguma comunicação social anunciou "*o governo pacifica os militares*". Face às intenções de solução anunciadas, reafirma-se que o governo não pacifica os militares antes os irrita! Irrita e incita a que continuem disponíveis para resistir contra atitudes desajustadas e sem respeito pela lei vigente, nem pelos militares e pelas suas associações representativas, prática que também este governo vem demonstrando.

Desde a Região Norte, passando pela Região Centro, pelo grande polígono militar do Entroncamento, pela Região Sul e incluindo as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, foi feito um grande esforço para que muitos daqueles que, por motivo de missão ou por outra ordem de impedimentos e/ou dificuldades, não puderam estar em Lisboa nas iniciativas ali realizadas, tivessem a possibilidade de fazer ouvir a sua voz e transmitissem aos seus representantes associativos as suas opiniões e contributos. ▲



Leiria

Opinião

A “explosão” da dívida pública

A título de exemplo, todos sabemos de casos de pessoas que mandam transferir com alguma regularidade algumas centenas ou mesmo uns milhares de euros por ano para apoio de familiares no estrangeiro. Se em vez dessas algumas centenas ou poucos milhares forem antes muitos milhões, o procedimento é essencialmente o mesmo e nenhuma autooridade se pode opôr a essa saída de capitais... Em todo o caso, eventuais reticências ou tentativas de controle dessa saída de capitais são sempre contornáveis por via de alguma comissão extra a pagar a quem facilite o processo.

Ora bem, de cada vez que uma pessoa decide transferir para o estrangeiro uma parte da sua fortuna pessoal (sob a forma de capital financeiro) aquilo que faz é chegar ao balcão de um banco e manda transferir para uma filial qualquer de um outro ou do mesmo banco “lá fora”. Em Londres, por exemplo. Ou então, melhor ainda, faz isso através do contacto do seu “gestor de conta” ou mesmo através do seu próprio controle pessoal “informático” das suas contas bancárias.

No caso Português, de cada vez que um sujeito qualquer manda transferir umas centenas de milhar (ou mesmo uns milhões) de euros para um paraíso fiscal (ou para uma sucursal em Londres de um qualquer banco internacional de renome...), esse dinheiro deixa de estar na economia portuguesa. Assim sendo, enfraquece a posição dos bancos em Portugal e reduz a sua capacidade de financiamento às empresas. Os bancos também utilizam os depósitos a prazo como “capitais próprios” e “reservas” para poderem alavancar os seus próprios empréstimos. Logo, se os depósitos a prazo começarem a “fugir” para territórios mais tranquilos ou mais seguros, os bancos passam a necessitar de se “recapitalizar”.

Até aqui deve ser simples de entender.

Acontece que, de cada vez que saem uns milhões (e saem muitas centenas de milhões, ano após ano), a banca portuguesa fica ligeiramente mais fragilizada e passa a ter menos dinheiro para emprestar às empresas (designadamente as empresas públicas), às famílias e ao próprio Estado (que depois do Tratado de Lisboa é obrigado a financiar-se junto da banca privada). Depois, para compensar aquelas saídas, é preciso que os bancos portugueses (ou algumas grandes empresas públicas e privadas que, de modo recorrente, precisam de financiamento) peçam dinheiro “lá fora”. Ou seja, em consequência daquela saída de capitais, os nossos bancos e empresas públicas (entre outras) são obrigadas a pedirem dinheiro emprestado “lá fora”, normalmente com aval do Estado.

Em consequência disso aumenta a nossa dívida soberana. E lá vêm os “investidores” pressurosos “emprestar-nos” o dinheiro que entretanto tinha saído daqui... É assim que “explode” a dívida Portuguesa e é assim que vem a desculpa esfarrapada de que “não há alternativa” ou então aquela de “temos mesmo de pagar... eles emprestaram ou não emprestaram?”... Dá para perceber como é que uma dívida externa de um qualquer país pode “explodir” assim “de um dia para o outro”?... Quanto aos montantes envolvidos talvez os sindicatos dos bancários possam dar um contributo...

Uma vez feito este passe de prestidigitação - de converter em dívida pública as saídas de capitais privados - os gestores dos “Fundos de Investimento” que receberam aquelas transferências, têm certamente muito gosto em vir aos leilões da venda de títulos do tesouro “emprestar dinheiro a Portugal”, a juros muito mais elevados do que estavam antes a receber...



Tribuna LIVRE

O açougueiro erra o toucinho e corta no lombo

Em conversa com camaradas da Marinha ainda no activo, tomei conhecimento de duas notícias que, para além da parte emotiva de quem dedicou toda uma vida profissional a servir o País na Marinha, mostram desperdícios já concretizados ou ainda em curso.

A primeira das notícias entristeceu-me muito. Refere-se à situação das instalações do antigo Grupo n.º 1 de Escolas da Armada, em Vila Franca de Xira, alfobre de várias gerações de Marinheiros que serviram o País desde da terceira década do século passado até se tornar «uma oportunidade de negócio» no início deste século.

«Abandonadas» pelo ministério da Defesa Nacional, numa primeira fase pagaram a uma empresa privada de segurança para salvaguardarem os bens que ainda lá se encontram, regressando novamente à «guarda» da Marinha, sem que os respectivos meios tenham sido transferidos, resultou no seguinte:

1. Após vários anos de «dietas» orçamentais, pela via da suborçamentação, os ramos, entre eles a Marinha, ficaram numa situação em que as unidades deixaram de ter capacidade para adquirir consumíveis de uso diário, como alimentação, materiais de higiene e limpeza, dinheiro para suportarem os custos mensais de água, energia e combustíveis, assim a Marinha não tem recursos humanos nem financeiros para suportar a despesa com um efectivo para salvaguardar aquele património que foi compulsivamente obrigada a abandonar;

2. Perante o abandono das instalações, grupos organizados e armados iniciaram o saque dos bens: portas, janelas, o saque do cobre está em curso por etapas (desmantelando a instalação eléctrica da antiga escola de electrotecnia, não sei se o das restantes já seguiu o mesmo caminho ou vai a seguir, consoante as encomendas), chegando ao cúmulo de terem entrado lá com um semi-reboque, gruas e outros equipamentos, para desmontarem toda a Central Eléctrica, respectivos motores, geradores, quadros e cabos de recepção e



distribuição de energia - para cúmulo: foram apanhados, presentes a tribunal e condenados a extradição que o SEF não cumpriu, e continuam por aí no saque ao cobre e ao que podem deitar a mão neste País entregue às troikas liquidatárias;

3. Como em qualquer País onde as coisas sejam pensadas, planeadas e, principalmente, racionalizadas, as instalações podiam terem sido aproveitadas pela «sociedade civil», ou pelas Forças de Segurança, continuando o fim para que foram construídas ao longo de décadas: como escolas de formação, cujas instalações estavam infra-estruturalmente prontas para recomeçarem a sua fun-

ção pouco depois de a Marinha as ter desocupado - claro que, se a intenção fosse essa, poderia ter-se negociado a manutenção dos materiais escolares que foram transferidos para os novos espaços substitutos. Estamos a falar das seguintes escolas: Electrotecnia; Radar e Controlo do espaço soberano; Mecânica e Serralharia, Soldadura, Torneiros, Fresadores; Logística, Hotelaria e Restauração; parque gimnodesportivo com piscina aquecida, e respectivas instalações de internato, tudo áreas de que o País necessita como de pão para a boca, se a intenção fosse pô-lo de novo a produzir e não a pedir - mas isso estragaria o negócio.

A segunda notícia em que o açougueiro acerta em cheio no lombo, para abrir espaço à admissão do seu toucinho, na forma de «tachos para a malta amiga, 'especialistas disto e daquilo'» tem a ver com os cortes cegos na admissão de pessoal.

No fim de concluírem os cursos e a especialização em Acções Especiais dos Fuzileiros - uma das forças de intervenção e combate da elite das forças especiais das nossas forças armadas - um grupo de cerca de vinte marinheiros não foram admitidos nos quadros e, conseqüentemente, afastados da Marinha, **desperdiçando-se assim vários milhões de euros** que o País tinha investido na sua formação de excelência, por isso de elite.

Mas pior: estes jovens profissionais a quem o Governo se recusou cumprir um contrato e um compromisso que com eles tinha acertado na admissão aos concursos e nas duras exigências a que foram sujeitos, são máquinas de guerra altamente eficientes, disponíveis para o «mercado» que avidamente os procura - esperamos não vir a pagar com língua de palmo esta asneira premeditada, pois insere-se numa lógica de destruição das Forças Armadas, cuja missão constitucional é de Defender a Soberania Nacional: portanto um sério obstáculo ao seu desmantelamento e venda por grosso e a retalho em curso.

É também por isto que é tão importante a unidade e a consciencialização do Povo para as várias facetas deste desmantelamento do Estado Social e a sua transformação num protectorado caritativo e assistencialista para os pobres, e benefício de poucas dezenas de famílias super ricas que já desviaram para os paraísos fiscais mais de nove mil milhões de euros só nos primeiros meses do corrente ano, para fugirem aos impostos cinicamente exigidos ao Povo.

Actividade ASSOCIATIVA

No fecho da edição anterior do nosso jornal "O Sargento" noticiávamos que estavam em preparação diversas reuniões pelo país em preparação para o Encontro Nacional de Militares do passado dia 22 de Outubro. Conforme prevíamos, tal iniciativa revelou-se não apenas necessária mas sobretudo fundamental para a consciencialização das massas associativas para a necessidade de se efectuar uma forte jornada na defesa da condição militar, como veio a acontecer com a grandiosa manifestação de 12 de Novembro. Desse e de muitos outros eventos, isoladamente ou em conjunto com outras associações ou organizações congéneres vos damos conhecimento neste relato que contudo não inclui todas as reuniões de Direcção, de Secretariado, de Comissões Permanentes dos Ramos que ao longo do tempo tivemos necessidade de efectuar.

16SET - Reunião entre as Direcções das APM's na sede da AP. ANS representada por L. Coelho e L. Bugalhão;

17SET - Debate sobre o livro "O Marinheiro Insubmisso" no Forum Seixal, integrado nas comemorações do "Dia da Praça das Forças Armadas". ANS representada por L. Coelho;

20SET - Conferência na ADFa sobre "Processo de Reconhecimento e Afirmação de Cidadania dos Deficientes Militares". ANS representada por A. Jacinto;

20SET - Reunião de Delegados em Viseu. ANS representada por L. Coelho, P. Contreiras e R. Lopes;

21SET - Audição na Comissão de Defesa Nacional sobre o projecto da "AMNISTIA". Delegação da ANS composta por L. Coelho, P. Contreiras e L. Bugalhão;

21SET - Reunião em Beja. ANS representada por L. Coelho, L. Bugalhão, A. Farias. AP representada por L. Reis;

22SET - Reunião no Porto. ANS representada por L. Coelho, M. Ramos, A. Taveira, J. Mota, A. Nabais, A. S. Silva, A. Guedes, J. P. Leitão;

23SET - Reunião no Entroncamento. ANS representada por L. Coelho, M. Ramos, L. Bugalhão, M. Pereira. AP representada por L. Reis;

27SET - Reunião na Comissão de Defesa Nacional. Delegação da ANS composta por L. Coelho, M. Ramos, P. Contreiras, L. Bugalhão;

28SET - Reunião em Lisboa, na Casa do Alentejo. Presente uma delegação de dirigentes da Associação de Praças;

29SET - Reunião em Tavira. Delegação da ANS composta por L. Coelho, L. Bugalhão, P. Leonardo;

30SET - Reunião em Évora. Delegação da ANS composta por L. Coelho, A. Taveira;

30SET - Reunião em Estremoz. Delegação da ANS composta por L. Coelho, A. Taveira;

03OUT - Reunião em Leiria/Monte Real. ANS representada por L. Coelho, P. Contreiras. AP representada por L. Reis;

06OUT - Reunião no Alto do Moinho - Corroios. ANS representada por J. Pereira, A. Martins;

06OUT - Reunião entre as Direcções das APM's na sede da AOFA. ANS representada por L. Coelho;

07OUT - Reunião em Sto. António - Barreiro. ANS representada por L. Coelho, A. M. Dias, A. Martins;

11OUT - Lançamento de um livro de A. S. Azenha. ANS representada por L. Coelho;

12OUT - Reunião na Delegação nº 1 do CSA - Feijó. ANS representada por L. Bugalhão. AP representada por C. Nicolau;

12OUT - Reunião em Lamego. ANS representada por L. Coelho, J. Gonçalves;

13 e 14OUT - Seminário organizado pela AOFA sobre as Forças Armadas. ANS representada por L. Coelho;

14OUT - Reunião na Amora. ANS representada por A. Martins;

14OUT - Cerimónia comemorativa do 19º aniversário da AOFA. ANS representada por L. Coelho;

15OUT - Reunião entre as Direcções das APM's na sede da AOFA. ANS representada por L. Coelho;

17OUT - Audiência com General CEMGFA. Delegação da ANS composta por L. Coelho, M. Ramos, P. Contreiras, L. Bugalhão;

17OUT - Conferência de Imprensa conjunta, na sede da AOFA. ANS representada por L. Coelho, A. Taveira;

18OUT - Audiência com General CEME. Delegação da ANS composta por L. Coelho, P. Contreiras, E. Lopes, M. Pereira;

18OUT - Audiência com General CEMFA. Delegação da ANS composta por L. Coelho, M. Ramos, P. Contreiras, J. Pereira, A. Taveira;

18OUT - Jantar / Reunião promovido pelo CPSC/ESE, na Tornada - Caldas da Rainha. ANS representada por L. Coelho, M. Ramos, J. P. Silva;

19OUT - Reunião com delegados do Exército, na sede da ANS.



Cerimónia do 93.º Armistício da I Guerra Mundial, em Belém. ANS representada por Lima Coelho e António Jacinto

21OUT - Reunião entre as Direcções das APM's na sede da ANS. ANS representada por L. Coelho, P. Contreiras, L. Bugalhão, J. Pereira, A. Martins;

22OUT - ENCONTRO NACIONAL DE MILITARES, no ISCTE, em Lisboa;

24OUT - Almoço com sargentos no CFMTFA - Ota. ANS representada por L. Coelho;

25OUT - Presidentes das APM's entregam Moção aprovada no Encontro Nacional de Militares na Residência Oficial do Primeiro-ministro, em S. Bento, e na Casa Militar da Presidência da República, em Belém;

27OUT - Reunião da Direcção da EUROMIL, em Bruxelas. ANS representada por L. Coelho;

28 e 29OUT - 104º Presidium da EUROMIL, em Bruxelas. Delegação da ANS composta por L. Coelho, M. Ramos;

31OUT - Reunião entre as Direcções das APM's na sede da AP. ANS representada por L. Coelho;

03NOV - Audiência com Almirante CEMA. Delegação da ANS composta por L. Coelho, M. Ramos, J. Pereira, A. Taveira, A. C. Dias;

03NOV - Reunião entre a CCP-FSS e as APM's na sede da ASPP/PSP. ANS representada por L. Coelho, J. Pereira;

04NOV - Reunião entre as Direcções das APM's na sede da AOFA. ANS representada por L. Coelho, J. Gonçalves;

08NOV - Reunião com os três presidentes das APM's no Comando Distrital da Polícia, no Governo Civil de Lisboa;

11NOV - Cerimónia do 93.º Armistício da I Guerra Mundial, em Belém. ANS representada por L. Coelho, A. Jacinto;

12NOV - MANIFESTAÇÃO NACIONAL DE MILITARES;

17NOV - Reunião com Delegados de Monte Real. ANS representada por L. Coelho, P. Contreiras;

19NOV - Debate/Colóquio sobre as Forças Armadas, promovido pela COMIL, em Almada. ANS representada por L. Coelho;

21NOV - Reunião de Delegados em Braga. ANS representada por L. Coelho, A. Taveira, J. P. Leitão, J. Mota, A. S. Silva;

22NOV - Reunião entre a CCP-FSS e as APM's na sede da AP. ANS representada por L. Coelho, L. Bugalhão;

24NOV - JORNADA NACIONAL DE REFLEXÃO À HORA DE ALMOÇO;

26NOV - Reunião de Militares no Funchal, com a presença dos três presidentes das APM's;

26NOV - Reunião de Militares em Ponta Delgada, com a presença dos três presidentes das APM's;

28NOV - Almoço/Reunião com Sargentos do Comando das Forças Terrestres, em Oeiras. ANS representada por L. Coelho;

28NOV - Reunião entre as Direcções das APM's na sede da AOFA. ANS representada por L. Coelho;

30NOV - Votação do Orçamento do Estado com delegações das APM's nas galerias do Parlamento. Delegação da ANS composta por L. Coelho, M. Ramos, J. Pereira, J. Gonçalves, V. Geitoeira, A. Jacinto;

30NOV - VIGÍLIA JUNTO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA;

07DEZ - Reunião entre a CCP-FSS e as APM's na sede da AP. ANS representada por L. Coelho, E. Lopes;

12DEZ - Reunião de Militares da Região do Entronca-

mento, em Vila Nova da Barquinha, com a presença dos presidentes das três APM's;

13DEZ - Reunião de Militares da Região Centro, em Leiria, com a presença dos três presidentes das APM's;

14DEZ - Reunião de Militares da Região Sul, em Beja, com a presença dos três presidentes das APM's;

15DEZ - Reunião de Militares da Região Norte, em Braga, com a presença dos três presidentes das APM's;

20DEZ - Reunião entre as Direcções das APM's na sede da AOFA. ANS representada por L. Coelho, L. Bugalhão;

21DEZ - Audiência com o Grupo Parlamentar do CDS-PP. Delegação da ANS composta por L. Coelho, M. Ramos, P. Contreiras;

28DEZ - CONCENTRAÇÃO CONTRA A REGRESSÃO, frente ao Ministério da Defesa Nacional, em Lisboa, conjuntamente entre a ANS e a AP;

03JAN - Reunião entre a CCP-FSS e as APM's na sede da ASPP/PSP. ANS representada por L. Coelho, J. Pereira;

06JAN - Reunião convocada pelo General CEMGFA com os três presidentes das APM's em simultâneo;

10JAN - Audiência com o Grupo Parlamentar do PEV. Delegação da ANS composta por L. Coelho, A. Jacinto, J. Gonçalves, V. Geitoeira;

10JAN - Audiência com o Grupo Parlamentar do PCP. Delegação da ANS composta por L. Coelho, A. Jacinto, J. Gonçalves, V. Geitoeira;

14JAN - Cerimónia de Tomada de posse dos novos órgãos sociais da APVG, em Braga. ANS representada por J. Ferreira;

14JAN - Lançamento do livro de José Soares, em Tomar. ANS representada por M. Pereira, A. Gonçalves;

19JAN - Reunião da Direcção da EUROMIL em Bruxelas. ANS representada por L. Coelho.

Na altura do fecho desta edição, e enquanto se está a ponderar a forma ou formas de reagir à notícia da regressão remuneratória de cerca de 4000 militares, estão em preparação as actividades inerentes à comemoração do 121º aniversário do "31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento" que terão a sua comemoração central em Lisboa na tarde do sábado, dia 28 de Janeiro. A ronda de comemorações terá o seu início no sábado anterior, 21 de Janeiro, no Funchal. De todos estes eventos daremos conhecimento na próxima edição do jornal "O Sargento". ▲

Que motivos terão levado os sócios a diminuir a sua participação na vida do CSA?

Assisti, no mês de Dezembro passado, na Delegação do Clube do Sargento da Armada (CSA), no Feijó, com a sala composta, mas sem os mais novos, ao excelente Concerto de Natal de 2011 que ali se realizou.

Tal concerto teve a participação do **Coro Polifónico do CSA** (foto) e do Coral de Fernão Ferro. Aproveito para informar, a quem ainda não saiba, que o CSA tem um Coro Polifónico há cerca de 10 anos, constituído por sócios, familiares e amigas(os), com o qual divulga a música dos grandes músicos e deleita a quem assiste, nos espaços do CSA, bem como noutros, onde a sua actuação seja solicitada, sendo já considerado um dos melhores embaixadores do CSA.



Isto deve-se, por um lado, na minha opinião, claro, à música ser uma das melhores formas de transmitir os mais profundos sentimentos humanos, por outro, ter um Maestro, C.te Euclides Pio que, contra todas as dificuldades e contrariedades desta política cultural imposta ao país, ter conseguido, com a sua vontade, persistência e saber, uma actividade cultural digna, pela qual tem granjeado prestígio não só para ele e coro que dirige, mas também para o CSA

A diminuição dos sócios, principalmente, dos mais novos na vida e realizações do CSA, tem-me levado a pensar e a reflectir sobre as razões porque não participam. Penso que uma das principais razões seja a situação económica.

À medida que o governo, para satisfazer a classe dominante, foi retirando direitos, reduzindo vencimentos, castigando os que protestavam, agora, até nem se fazem promoções, se roubam os subsídios, se aumentam escandalosamente os preços e impostos, se corta na saúde, logo as dificuldades económicas e financeiras nas famílias aumentam, então tem de se procurar mais um emprego/biscate de forma a poder-se ganhar mais alguma coisa para compensar aquilo que nos foi retirado. Assim, não há tempo e disponibilidade para fazer parte dos Órgãos Sociais e de participar nas realizações que o CSA leva a efeito, bem como de participar em quaisquer outras manifestações culturais.

Outra razão importante, julgo ser, a ideológica e cultural.

É um facto que a música, e outras manifestações culturais, como filmes, e outros produtos, que passam em quase todas as TV, rádios e outros locais, são em língua inglesa, de origem anglo/americana (não tenho nada contra a cultura americana ou inglesa) e, claro, trazem associadas os valores e ideais da ideologia dominante que lá domina, como o egoísmo, o

individualismo, o safe-se quem puder, etc., etc. Assim, são estes os valores, que não tendo nada dos valores do associativismo, que são a solidariedade e fraternidade, entreajuda, de paz e amizade, que foram, por cá, fazendo caminho. Se a isso juntarmos que, simultaneamente, a nossa cultura não foi defendida e foi paulatinamente retirada, e quase esquecida por tais meios de divulgação cultural de massas, entende-se porque razão os valores da Pátria, o amor ao seu país e ao seu povo (não esquecer que as Forças Armadas existem para servir o povo), aos seus heróis, aos valores do associativismo que levaram à constituição do CSA, se foram perdendo e assimilando os valores dos responsáveis por esta situação de desastre a que o país chegou.

Haverá outras razões, mas penso que as referidas são as mais importantes

Os governantes sabiam-no bem e foi por estas ínvias formas que, muitos de nós sem sequer nos apercebemos, fomos ficando sem o nosso aparelho produtivo, sem a nossa cultura, sem a nossa independência.

As consequências destes processos ao longo dos anos estão à vista. Um país quase sem produção económica e cultural, com desemprego elevadíssimo, com muitas dívidas e miséria e já também com muita fome. Eles sabiam bem que um povo que deixe de produzir os seus principais meios de subsistência, de exercer a sua cultura, será mais fácil roubar-lhe a independência. Hoje, perante a triste obra que aí está, quase todos os portugueses reconhecem que já não há independência política, cultural, e económica. Dependemos de quase tudo e sujeitos à vontade de estrangeiros.

E o que prometem os dirigentes fazer, no início de 2012? O que têm feito ao longo de mais de 35 anos - "Mais do mesmo!"

Mas esta situação não caiu do céu, tem vítimas, responsáveis e beneficiários.

As vítimas são o país, somos todos nós, os que trabalham e vivem honestamente do seu vencimento e reforma, os responsáveis e beneficiários são todos os que têm, ao longo destes mais de 35 anos, aplicado e beneficiado com esta política, assim como os donos dos grandes grupos económicos e financeiros que se apoderaram de toda a riqueza que foi produzida pelos trabalhadores e a fizeram escoar, depositando-a em *offshores*.

Começou o novo ano, 2012, e os dirigentes do CSA, para além das dificuldades económicas e culturais referidas, têm também de ter presente, que a complexidade da vida de hoje, as mudanças sociais e os seus impactos ao nível das mentalidades não podem deixar de ter reflexos sobre as maiores ou menores

dificuldades nos problemas e nos seus dirigentes. Os vídeos, os computadores, a internet e outras novas tecnologias, tanto são razões para afastar os associados da vida do Clube, como poderão ser razões para ajudar a vencer dificuldades e atrair os associados ao CSA.

Perante a situação que aí está e, como tudo indica, as dificuldades ainda se agravarão mais, nós, todos os associados, não temos outra alternativa, senão erguermo-nos, arregaçar as mangas e procurar forças para, com confiança e determinação encontrar novos e inovadores processos para resolver os problemas do Movimento Associativo e do CSA, para que este possa cumprir os fins que o seu N.º 2 dos estatutos estipula: **"Promover a formação social, moral e intelectual dos seus associados"**.

Sim, temos de o fazer porque o Portugal do sr. Mário Soares da Europa connosco e a do pelotão da frente do sr. Cavaco Silva, fracassou, foi um engano, um embuste, uma falsa solução imposta que não resolveu, como a realidade comprova, nenhum dos nossos problemas, antes pelo contrário só os agravou. Logo, perante tal facto, os sócios, e particularmente os mais novos, que deixaram de participar no Movimento Associativo, na vida e nas iniciativas do Clube, têm de reflectir e analisar o processo que, ao longo destes mais de 35 anos, só foi útil para os poderosos e, a nós, mais não fez que infernizar-nos as vidas.

Juntos conseguiremos!

"Levantai-vos homens que dormis" (do grande poeta, José Gomes Ferreira)

Almada, 5 de Janeiro de 2012

Manuel Custódio de Jesus,
sócio do CSA N.º 844 ▲

Protocolos ANS

Águas do Gerês – Hotel, Termas e Spa

Condições especiais
Contactos:
Tel: 253 391113/253 390190
ou info@TermasdoGeres.pt

Videoclube

■ CINETEK.A.COM
Parque das Nações, Av. do Mediterrâneo, Lt. 1.02.1.1-E
1990-155 Lisboa

Automóveis

Escapes
■ ENTOESCAPES, LDA
Zona Industrial do Entroncamento, EN 3
2330-909 Entroncamento
Acessórios
■ GRACIAUTO

Rua D. Nuno Álvares Pereira e Luís Falcão de Sommer, 30-A (Gaveto)
2330-141 Entroncamento

Aventuras Submersas

■ HALIOTIS
AV. Monsenhor Manuel Bastos, Hotel Praia Norte
2520-206 Peniche

Centro Médico Dentário

■ LUBIDENTE
Rua Professor Noronha Feio, 12-A
2795 Queijas

Psicólogo

■ José de Oliveira Fernandes Gonçalves
Rua João Pinto Ribeiro, Lt. 2-10.º C
1800-233 Lisboa

Gabinete de Psicologia

■ Mestre Francisco Pereira
Orientação Vocacional e Profissional, Avaliação Psicológica, entre outras áreas.
Em Lisboa, junto à saída do Metro em São Sebastião
TM – 913 120 007

Gabinete de Psicologia e Apoio Educativo

■ QUERER SORRIR
Rua Júlio Lourenço Pinto, 176 J
4150-004 Porto

Pneus para Automóveis

■ Sulpneus
Rua Álvaro Ferreira, 7 Zona Industrial St. Marta do Pinhal
2855-591 Corroios

Informa-te junto da ANS ▲

Cobrança Quotas

Camaradas, em resposta às dificuldades que nos têm sido expressas e à necessidade de reduzir o custo administrativo e de cobrança que a nossa ANS tem com a existência dos três modelos de cobrança actuais, dada a conjuntura que vivemos e que todos enfrentamos no dia-a-dia, vimos propor a toda a nossa massa associativa que, a partir do ano de 2012 inclusive, a cobrança de quotas passe a ser apenas Semestral (em Junho e Novembro).

Com esta medida, mantendo o valor da quota e repartindo o esforço que é pedido a cada um, pensamos estar a caminhar no sentido de dar resposta e minimizar as dificuldades expressas anteriormente.

Embora esta medida não careça de qualquer diligência administrativa por parte dos associados, estaremos à vossa inteira disposição para qualquer esclarecimento adicional.

A Direcção ▲

31 de Janeiro

Dia Nacional do Sargento

No momento em que fazemos o nosso jornal, os vários núcleos da ANS preparam afincadamente as comemorações do “Dia Nacional do Sargento”.

Como tem sido apanágio, ao longo dos anos estas comemorações são um ponto alto para a consciência gregária dos Sargentos de Portugal, pela demonstração inequívoca da coesão, determinação e elevado espírito de responsabilidade que nos caracteriza.

Este ano, por maioria de razão, face ao despudorado ataque aos nossos direitos, condição de vida e condição militar, as comemorações nacionais do 31 de Janeiro deverão ser inequivocamente uma demonstração da nossa indignação.

O lamento, pelo mal que nos fazem, é um sinal importante, mas muito mais cativam a levar a cabo, por gerar unidade, cimento a nossa consciência, por se tornar eficaz.

PARTICIPA! ▲



Ou o País acorda, ou... (*)

“No momento em que esta folha aparece, Portugal encontra-se na situação em que se decide dos destinos duma nacionalidade.

Portugal ou renasce e se vinga pela revolução, ou espera o apodrecimento total com a resignação covarde de certos doentes que preferem aguardar a invasão da morte a deixar-se amputar a tempo de ressurgir para a vida.

Nunca a questão se propôs em termos tão friantes. Nem tergiversações nem hesitações - o caminho está indicado pelos homens e pelas coisas.

Se o País consentir na derradeira humilhação que lhe querem impor e deixar passar sem uma explosão formidável de cólera o pacto firmado entre os negociantes de Londres e os traficantes da política portuguesa; se, ignorando que um povo deixa de existir desde o instante em que perdeu por completo o sentimento da dignidade colectiva, não destruir, movido do mesmo impulso violento, as instituições que o comprometeram, o arruinaram e finalmente o venderam; se, exaurido até à última gota do sangue generoso da antiga raça portuguesa, já não sentir palpitar-lhe o coração, fecharem-se-lhe os punhos, cerrarem-se-lhe os dentes, perante o desdém, o desprezo e a ameaça brutal do estrangeiro e a tirania ridícula e odiosa dos exploradores do País, é porque, decididamente, sem sombra de ilusão, sem vislumbre de esperança, a obra de corrupção do Constitucionalismo feriu fundo e profundamente e, no corpo da sociedade portuguesa, como no dos leprosos irremediavelmente perdidos, não

há já um palmo de tecido aproveitável.

Não queremos crê-lo.

Países com a história e as tradições do nosso, tendo afirmado as admiráveis aptidões da sua raça, afixado através dos séculos em mil formas de actividade, a fecunda iniciativa do seu génio e mais de uma vez operado transformações em nome de ideais levantados e com este frenesi que só um alto espírito de independência empresta ao ardor das lutas políticas; países como Portugal, emancipados sucessivamente de tutelas poderosas pela força do braço de seus filhos e resgatados para a liberdade pelo prestígio da inteligência dos seus homens, não podem, não devem, por muito funesta que tenha sido a influência de um longo regimen de corrupção, por muito impudente que seja a desenfreada ambição dos flibusteiros a quem o destino o entregou, por muito cruel que seja o desvalimento em que se encontra, cruzar os braços, fechar os olhos às chicotadas com que dia a dia, e hoje mais que nunca, experimentam a resistência da sua pelo e a resignação do seu ânimo.

Não! É absolutamente impossível.

Essa situação seria estúpida. A história não o acreditaria. O futuro diria: É falso, não houve um povo assim!

Pois bem! Se com efeito, como desejamos crer, Portugal vai erguer os braços, empunhar o seu rijo e elástico varapau e varrer do Norte ao Sul essa feira franca de cortesãos ociosos, ministros corruptos e funcionários vadios, a matilha dos que o explo-

ram, dos que o roubam e dos que o vendem; se Portugal vai reabilitar-se, ser enfim um País digno e honesto e dar ao Mundo o espectáculo de uma pequena Nação que castiga e desafrota, a nossa missão, a missão desta folha está de per si defenida.

A “República Portuguesa” orienta-se-á pela atitude do povo português. O tempo urge. A solução, seja ela qual for, não tardará.

Até lá, a hora deste jornal será inteiramente e desassombadamente revolucionária. Tanto vale dizer que será um jornal de combate, e, como o declaramos no nosso prospecto, dirá tudo o que for mister:

A despeito da vontade pessoal do rei;

A despeito da tirania dos governos;

A despeito do ódio e da antipatia dos homens e dos partidos que exploram o País.

Se, porém, mau grado a violência e brutalidade dos de fora, e a corrupção e a venalidade dos de dentro, a Nação opuser ainda ao cumprimento indeclinável do seu dever o abandono criminoso das suas forças, a “República Portuguesa”, tendo desprezado o seu campo de acção revolucionário, deixará a outros o encargo doloroso de a guiar através o tremedal qua ainda então ai de nós! Será a pátria de nós todos.”

Texto retirado do primeiro número do jornal “A República Portuguesa”, de 1 de Setembro de 1890 (Porto), que tinha João Chagas como redactor principal, tendo o texto supra citado assinado.

(*) Título nosso.